

MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR: QUAL O LUGAR OCUPADO PELA CRIANÇA EM FASE DE ESCOLARIZAÇÃO NA ATUALIDADE?

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Ouro Preto linha de pesquisa Desigualdades, Diversidades, Diferenças e Práticas Educativas Inclusivas - (DsPEI), tendo como intuito investigar o lugar ocupado pela criança em fase de escolarização e a medicalização.

O trabalho proposto tem como intuito analisar criticamente a crescente demanda pela medicalização de crianças em idade escolar, buscando investigar a partir da análise de teses e dissertações sobre a temática da medicalização na educação qual o lugar ocupado pela criança em fase de escolarização e a medicalização.

Esta investigação justifica-se devido ao aumento nos casos de crianças diagnosticadas com algum transtorno e medicadas. Temos acompanhado profissionais da educação, mães e pais angustiados com os problemas que aparecem na relação ensino x aprendizagem. Sem saber o que fazer com estas crianças consideradas “problemas” ou “inconvenientes” como são nomeadas pelas escolas, estes profissionais acabam buscando respostas para suas dificuldades em outras áreas do saber que não a educação. Com isso, estas crianças são encaminhadas pelas escolas para avaliações com profissionais da saúde em busca de um diagnóstico em que conste uma explicação para sua dificuldade de aprendizagem e para seu comportamento “inadequado” em sala de aula. Após serem etiquetadas com um diagnóstico que justifique tais condutas, muitas acabam sendo medicadas a fim de terem seus comportamentos controlados.

A princípio havia como perspectiva de investigação realizar entrevistas com os professores/as da educação infantil e do ensino fundamental I de escolas públicas localizadas em uma cidade do interior do estado de Minas Gerais com o intuito de analisar a percepção destes profissionais a respeito do processo de medicalização das crianças/alunos (as). Todavia, ao entrar em contato com os trabalhos acadêmicos encontrados surgiu o interesse pela realização da pesquisa documental.

A leitura das teses e dissertações instigou nossa curiosidade a ponto de querermos investigar mais a fundo sobre a temática nestes trabalhos, uma vez que a cada leitura novos dados e informações eram desvelados. Ressalta-se que apesar destas

pesquisas não serem inéditas, pois todas tratam a propósito da medicalização da infância escolar, em cada uma esta questão foi abordada a partir de distintas perspectivas.

Para a consecução do objetivo efetuamos buscas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com o intuito de localizarmos trabalhos recentes que tratam sobre esta temática, realizamos um recorte de produções bibliográficas no período entre 2015 e 2019.

Utilizamos os seguintes descritores: Medicalização, Educação, Infância, Patologização, DSM. Após definirmos os descritores a serem utilizados, realizamos a busca na plataforma da CAPES a partir da combinação dos mesmos em dupla, a saber: Medicalização e Educação; Medicalização e Infância; Medicalização e Patologização; Medicalização e DSM; Educação e Infância; Educação e Patologização; Educação e DSM; Infância e Patologização; Infância e DSM; Patologização e DSM.

A partir da análise das teses e dissertações pesquisadas, percebemos que a medicalização é abordada como um processo que reduz questões sociais em problemas a serem tratados de forma individual no âmbito biológico ou orgânico.

A medicalização adentra a instituição escolar como uma saída utilizada pelos profissionais da educação para lidarem com os problemas decorrentes do processo de ensino x aprendizagem, buscando corrigir aquilo que não vai bem. Além disso, o fenômeno da medicalização contribui para o controle dos corpos dentro das instituições escolares patologizando os comportamentos fora dos padrões estabelecidos e classificando-os como anormais.

Notamos a partir da pesquisa realizada que a medicalização, apesar de estar presente nas instituições particulares de ensino e também atingir crianças brancas e ricas, esta incide de maneira diferente na vida de crianças negras e pardas que frequentam a escola pública, pertencentes a famílias trabalhadoras.

Com a necessidade de educar o povo para o progresso da nação foram criadas escolas públicas para toda a população. Todavia os investimentos realizados pelo governo não foram suficientes para o desenvolvimento da instituição escolar, falta de escolas na zona rural, de investimentos na capacitação e pagamento de professores e de recursos estruturais nas escolas foram algumas das dificuldades enfrentadas no projeto de universalização da escola.

Além disso, o preconceito relacionado à classe social, a raça e ao gênero está presente no Brasil desde o período de decolonização. Crianças pertencentes as famílias da classe trabalhadora precisavam trabalhar para ajudarem com o sustento de suas

famílias e assim se ausentavam da escola ou davam preferência para continuarem seus estudos no turno da noite. Pessoas negras, por muito tempo, foram impedidas de frequentarem as escolas regulares, ficando a cargo das organizações criadas por essa população ensinar as crianças. Ainda, de acordo com Veiga (2017) a ideia construída pelos europeus no período da colonização do país de que os pobres, negros e índios tinham uma capacidade reduzida para o aprendizado se tornou mais forte no período da descolonização gerando uma estigmatização destes grupos.

Neste sentido, percebemos que os encaminhamentos de crianças consideradas problema pela escola para avaliação pelos profissionais da saúde carregam um forte peso racista e preconceituoso herdado dos séculos passados.

A partir das análises realizadas através das teses e dissertações pesquisadas, levantamos a hipótese de que o ato educativo, bem como a relação afetiva presente na relação professora/professor e aluna/o podem ser um norte quando se quer seguir o processo de desmedicalização. Observamos que nos trabalhos analisados esta questão é pouco trabalhada sendo desconsiderada como uma via possível contra a medicalização da vida e da educação.

Para a psicanálise mais do que nomear e classificar a dificuldade de aprendizagem e os comportamentos considerados desviantes pelos alunos o que está em jogo no processo educativo é a relação professor – aluno. Kupfer (1989) dirá, embasada nas investigações realizadas por Freud, que mais importante do que o conteúdo ensinado em sala de aula é a relação afetiva entre o professor/a e aluno/a. Neste caso, a afetividade também pode ser entendida como transferência¹, conceito utilizado por Freud para tratar sobre a relação analista – analisante ou médico - paciente.

No processo transferencial o professor/a assume um lugar onde será endereçado o interesse de saber do aluno/a. Todavia, esta relação transferencial acarreta implicações para o/a professor/a, pois:

Instalada a transferência, tanto o analista como o professor tornam-se depositários de algo que pertence ao analisando ou ao aluno. Em

¹ Termo progressivamente introduzido por Sigmund Freud e Sandor Ferenczi (entre 1900 e 1909), para designar um processo constitutivo do tratamento psicanalítico mediante o qual os desejos inconscientes do analisando concementes a objetos externos passam a se repetir, no âmbito da relação analítica, na pessoa do analista, colocado na posição desses diversos objetos. (https://monoskop.org/images/c/c9/Roudinesco_Elisabeth_Plon_Michel_Dicionario_de_psicanalise_1998.pdf)

decorrência dessa “posse”, tais figuras ficam inevitavelmente carregadas de uma importância especial e é dessa importância que emana o poder que inegavelmente tem sobre o indivíduo. (KUPFER, 1989, p.91)

De posse desse poder, o professor/a pode utilizá-lo para impor aos alunos/as suas ideias e valores, o que ocasionaria a morte do desejo de aprender por parte do aluno. Por outro lado, o/a professor/a também é um sujeito desejante nesta relação e não consegue se anular no sentido de ser apenas um depósito do desejo do/a aluno/a. De acordo com Kupfer (1989) uma “relação de aprendizagem autêntica” poderá existir se o/a professor/a conseguir sustentar o desejo do aluno que lhe é direcionado sem deixar de ser também um sujeito desejante.

Desta forma, diante do aumento alarmante de casos de crianças encaminhadas pela escola para avaliação pelos serviços de saúde com queixa de dificuldade de aprendizagem e medicalizadas, nos questionamos que tipo de relação tem sido estabelecida entre professores/as e alunos/as na atualidade? O estabelecimento do vínculo professor/a aluno/a através do ato educativo poderia contribuir para ações que prezem pela desmedicalização da educação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KUPFER, Maria Cristina. *Freud e a educação*. O mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989, 100 p.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, 888 p.